

## APRESENTAÇÃO

Pelo décimo ano consecutivo, o número da revista *Veritas* do mês de setembro é dedicado ao pensamento medieval. Desta vez procuramos apresentar alguns textos referentes às relações entre Filosofia medieval e pensamento moderno. Outros trabalhos sobre o tema foram publicados em números anteriores, e até mesmo um livro da editora da PUC foi dedicado ao assunto<sup>1</sup>.

\* \* \*

Houve um tempo, no século XIX, em que se discutia se houve Filosofia na Idade Média. A dúvida surgia, é evidente, de um preconceito, mas nem por isso era de todo injustificada. De fato, para quem tomava como modelo de exercício da Filosofia a forma como os pensadores gregos a praticaram, havia algo de intrigante no modo de trabalho dos medievais: algo assim como uma sobredeterminação da razão por parte da fé.

O interessante é que tal crítica atingia não somente o que seria a Filosofia Medieval ocidental, mas também aquela praticada em culturas diferentes, como no mundo árabe e judaico. De fato, tanto os cristãos filosofavam tendo como pressuposto a revelação divina, como os árabes o faziam à luz do Corão, e os judeus com a Torá. Por isso, o impacto que a religião teve ao defrontar-se com a ciência grega não foi muito diferente entre os árabes que entre os cristãos. As reservas de Algazel ante a Filosofia, e a crítica de Averróis a ele, como que se repetem nas condenações eclesiásticas à *lectio* dos *libri naturales* aristotélicos ou nas ressalvas bonaventurinas das *Collationes*, de um lado, e, de outro lado, na aceitação do *corpus* aristotélico por Tomás de Aquino.

Ora, se não houve Filosofia na Idade Média, não havia porque preocupar-se com a Filosofia medieval, pois seria um contra-senso.

<sup>1</sup> Ghisalberti, A. *As raízes medievais do pensamento moderno*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Era válido preocupar-se com a história da cultura desta época, pois nela estava nascendo o mundo moderno, mas em se tratando de Filosofia no sentido estrito, no sentido forte do termo, o *Sprung über das Mittelalter* (o salto sobre a Idade Média) era de todo justificado, era mesmo uma exigência lógica, uma questão de coerência intelectual. Assim pensava B. Hauréau.

Mas houve Filosofia na Idade Média. Talvez uma Filosofia diferente, mas sempre Filosofia. Os estudos que se efetuaram no final do século XIX e no início do século XX assim o demonstravam. O debate transportou-se então para outro campo: na tentativa de distinguir e ressaltar o específico do trabalho dos medievais, é possível falar de uma Filosofia cristã? ou se deve antes falar de cristãos que fizeram Filosofia? – Também esta pergunta tinha um fundo ideológico, mas não deixava de ser válida. Sem dúvida, o cristão se aproxima de Filosofia com uma pré-compreensão de mundo diferente da do não-cristão. Mas as convicções pessoais dos medievais não permite que se lhes possa alcunhar a produção como sendo a Filosofia cristã por antonomásia, pois Descartes, Malebranche, Hegel, Kierkegaard e Blondel também foram cristãos convictos e, no entanto, viveram bem depois da época que costumamos datar como Idade Média. Do longo debate obteve-se, assim cremos, um consenso, já enunciado por E. Gilson: Na Idade Média houve Filosofia, mas foi uma Filosofia específica, com características que não existiram nem antes, nem depois.

Surge, então, uma terceira questão, que por vezes sobrevive ainda hoje em alguns claustros intelectuais: Admitindo-se que os medievais produziram Filosofia, e uma Filosofia típica daquele período, que temos nós, modernos e pós-modernos, a ver com ela? Não se encontra ela de todo relegada ao passado? – Também esta pergunta possui duas faces: a ideológica e a de desafio histórico. Ela provém já de Descartes, Hobbes e outros modernos, para os quais era necessário romper as relações com o passado – ao menos com o passado escolástico – a fim de se poder criar algo de novo.

A resposta dada por parte dos estudiosos, geralmente católicos, foi, em alguns casos, decepcionante. Num trabalho mais arqueológico que filosófico, eles procuraram apenas contrapor a Filosofia medieval à moderna.

De outra parte, porém, as pesquisas que foram sendo feitas mostraram cada vez mais o que uma teoria geral da cultura sempre afirma: as mudanças culturais acontecem a longo prazo, são “de ondas longas”, no dizer de F. Braudel; o presente possui raízes mais profundas do que imaginamos; nem tudo é novidade; os mortos não morreram de todo. A modernidade e a pós-modernidade não caíram de pára-quadras na História. Por mais que alguém se esforce em dizer que relega e recusa todo o passado, jamais conseguirá começar da estaca zero. Desde que Gilson evidenciou as raízes medievais do pensamento cartesiano, foram caindo mitos e encontraram-se ligações por vezes mais estreitas do que se supunha; Hobbes não se deixa compreender sem Duns Scotus e Ockham; a teoria política de Locke é de quem conhece os textos anti-hierocráticos de alguns medievais; Bayle, para redigir os verbetes filosóficos da *Enciclopédia*, lê às escondidas os manuais da Escolástica tardia de que se servira como estudante; as *Disputationes metaphysicae* de Suárez, profundamente embebidas na Idade Média, é texto quase único em seu gênero até o século XIX, e não houve quem não se abeberasse nelas; a noção moderna de intencionalidade, não por acaso, recebe impulso decisivo em Brentano, bom conhecedor dos medievais, entre os quais surgiram textos interessantes, como os de Pedro Auréolo; enfim, para sermos breves, cabe recordar o debate a respeito dos direitos subjetivos, direitos esses que, segundo muitos teóricos, possuem raízes medievais, principalmente nos autores franciscanos do final do século XIII e início do século XIV.

Há, porém, situações diferentes, quando o autor dispensa maiores pesquisas bibliográficas de fontes, porque ele próprio indica onde se abeberou. É o caso de Hugo Grotius, de quem os reformados holandeses suspeitam ter-se convertido ao catolicismo. Em seu *De iure belli ac pacis*, além de 176 citações de Agostinho, possui mais de 400 outras de autores medievais ou da Escolástica tardia, salientando-se entre eles Tomás de Aquino, Victoria e Prierias (com 40, 60 e 48 citações, respectivamente); o mesmo acontece no *De iure praede*, onde Agostinho é citado 43 vezes, seguindo-se, após, cerca de 280 referências a medievais, entre os quais Tomás, Scotus, Prierias e

Victoria (com 43, 6, 91 e 69 citações, respectivamente).<sup>2</sup> O número quantitativo de citações poderia enganar, mas não é o caso: toda a fundamentação teórica de Grotius, como, por exemplo, na definição de lei natural, de justiça, de livre-comércio etc., está montada sobre os autores que longamente cita.

Depois de se demonstrar que na Idade Média houve Filosofia, que esta é *sui generis* e que o pensamento posterior se encontra enraizado nela, surge hoje um novo desafio: o da incorporação do pensamento medieval na cultura filosófica. É um diálogo difícil, porque as mentalidades são diferentes, porque os interesses divergem, porque as mesmas palavras nem sempre dizem as mesmas. Mas aos poucos chega-se lá. Os medievalistas, de um lado, convencem-se sempre mais de que o trabalho paleográfico puro e simples não é propriamente Filosofia, mas, quando muito, condição para ela. Os lógicos, os juristas e os estudiosos de Filosofia Política, de outro lado, já percorreram um longo caminho de aproximação; outros têm obtido sucesso variado.

\* \* \*

Uma nota de dor encerra esta apresentação: a notícia do falecimento do padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, figura ímpar de filósofo, de sacerdote e de pessoa humana.

Porto Alegre, 24 de maio de 2002.

*Luis Alberto De Boni*

*Roberto Hoffmeister Pich*

---

<sup>2</sup> Cf. Negro, Paola. Intorno alle fonti scolastiche in Hugo Grotius. In: GHISALBERTI, A. (org.). *Dalla prima alla seconda Scolastica*. Bologna: Studio Domenicano, 2000, p. 200-251.